

AS LÍNGUAS GERAIS SUL-AMERICANAS

Aryon D. Rodrigues
Universidade de Brasília

0. Introdução.

O objetivo deste artigo é duplo. Por um lado, procuro delimitar e definir o conceito de *língua geral* como um termo específico para determinada categoria de línguas, que surgiram na América do Sul nos séculos XVI e XVII em condições especiais de contacto entre europeus e povos indígenas. A expressão *língua geral* tomou um sentido bem definido no Brasil nos séculos XVII e XVIII, quando, tanto em São Paulo como no Maranhão e Pará, passou a designar as línguas de origem indígena faladas, nas respectivas províncias, por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupi-guaranis (especificamente os tupis, em São Paulo e os tupinambás no Maranhão e Pará), à qual foi-se agregando o contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas, incorporados ao regime colonial, em geral na qualidade de escravos ou de índios de missão. Eventualmente a expressão foi usada, particularmente no norte, com um sentido mais amplo, na locução *índios de língua geral*, para referir-se a povos indígenas que falavam línguas aparentadas com a *língua geral*, portanto línguas da família lingüística tupi-guarani (Rodrigues 1986:101, n. 8). Embora a expressão *língua geral* tenha se mantido em uso, com seu sentido principal, nas áreas de influência paulista até o início do século passado e na Amazônia até hoje, passou-se, em vários meios intelectuais brasileiros, sobretudo neste século, a fazer confusão a respeito de seu significado, ora supondo-se que designasse a língua que falavam os próprios tupis e os tupinambás; ora que se referisse a uma língua criada ou moldada ou "disciplinada" pelos jesuítas, já no século XVI, com base na dos índios; ora, ainda, que se tratasse de um pidgin ou um crioulo originado no contacto dos portugueses com índios de diferentes afinidades, ou mesmo formado já antes da chegada dos europeus. Na verdade, essas concepções carecem de fundamento histórico e lingüístico¹. O segundo objetivo do artigo é apontar algumas características sociolingüísticas e estruturais das línguas gerais. Afora alguns trabalhos descritivos e lexicográficos e algumas coletâneas de textos², quase nada foi feito ainda de investigação sistemática sobre essas línguas, nem do ponto de vista sócio-histórico³, nem do lingüístico-histórico. O que apresento neste artigo é apenas um esboço, que deverá ser desenvolvido em outros trabalhos, por este ou por outros investigadores.

1. As línguas gerais.

Na colonização da América do Sul pelos portugueses e pelos espanhóis houve pelo menos três situações em que a miscigenação em grande escala de homens europeus com mulheres indígenas teve como consequência a rápida formação de populações mestiças cuja língua materna foi a língua indígena das mães e não a língua européia dos pais. Isto se deu onde a conquista e colonização foi praticada, de início, predominantemente por homens desacompanhados de mulheres atuando sobre um povo indígena numeroso e socialmente aberto ao estabelecimento de alianças matrimoniais com os forasteiros⁴. Essas condições se

produziram mais tipicamente entre os portugueses e os tupis (também chamados tupinakins ou tupinikins) de São Vicente e do planalto de Piratininga, no leste do atual estado brasileiro de São Paulo, no século XVI; entre os espanhóis e os guaranis do Paraguai, nos séculos XVI e XVII; e entre os portugueses e os tupinambás no norte dos atuais estados brasileiros do Maranhão e do Pará, no século XVII. Os três povos indígenas em questão, apesar das grandes distâncias geográficas que os separavam, tinham basicamente a mesma cultura tupi-guarani (Métraux 1928, 1948; Fernandes s.d.[1949]), a qual deve ter favorecido um mesmo tipo de relacionamento com os portugueses e os espanhóis. Suas línguas eram também estreitamente aparentadas, pertencentes à família lingüística Tupi-Guarani.

A família Tupi-Guarani é um grupo genético de moderada diferenciação interna, dentro do qual se podem distinguir pelo menos oito sub-grupos (Rodrigues 1984/1985). As línguas tupinambá e tupi pertencem a um mesmo subgrupo (o subconjunto II em Rodrigues 1984/1985), ao passo que o guarani integra um outro subgrupo (o subconjunto I). Isto significa que o tupinambá e o tupi têm mais propriedades lingüísticas em comum do que um e outro têm com o guarani. Se as línguas de um mesmo subgrupo, ou mesmo de subgrupos distintos, devem ser chamadas de "línguas" distintas ou de "dialetos" de uma mesma "língua" é questão muito relativa, porque relativos são os conceitos de "língua" e de "dialeto", como sabem todos os lingüistas.

Embora as diferenças entre a língua dos tupis e a dos tupinambás sejam muito menores que as que distinguem uma e outra do guarani, tratamos aqui aquelas duas como línguas distintas, não só porque as diferenças foram percebidas e anotadas já pelos primeiros observadores, nos séculos XVI e XVII, como Anchieta em sua gramática (1595:1v) e o(s) autor(es) do Vocabulário na Língua Brasileira, o dicionário anônimo dos missionários jesuítas (Anônimo [1621]1952-1953, *passim*), mas também porque as duas tiveram alguns reflexos diferentes sobre o português (p. ex., nos topônimos apropriados por este, cf. Rodrigues 1995:235-237) e, ainda, porque a língua dos tupis provavelmente chegou ao sueste do Brasil numa onda migratória distinta da que levou a língua dos tupinambás à costa oriental⁵. O mais provável limite geográfico entre os falantes de tupinambá e de tupi⁶ era no século XVI a baía de Angra dos Reis, no litoral do Rio de Janeiro. Para o interior a área tupi se estendia ao longo do rio Tietê. Ao sul desta área era falada a língua guarani. No litoral, onde a situação é melhor conhecida, a divisória entre as áreas tupi e guarani (ou karijó) estava na barra de Cananéia (Métraux 1928, 1948:96); no interior, no início do século XVII, os guaranis se estendiam do rio Paranapanema para o sul, onde os jesuítas espanhóis estabeleceram suas primeiras reduções.

A proposta que aqui faço é no sentido de usar-se a expressão *língua geral* como um termo técnico para designar as línguas surgidas nas situações referidas acima e que são tratadas com mais detalhe nas seções abaixo. Isto significa excluir desse uso especializado o emprego do adjetivo *geral* em sentido próprio, quando se refere simplesmente à amplitude do uso de determinada língua por povos indígenas, como no caso de "lengua general de los indios de los reynos del Perú" (como vem no título da primeira gramática do Kêchua, de Frei Domingo de Santo Tomás, de 1560) ou "lengua general del Perú llamada Quechua" (como no título de outra gramática de autor desconhecido, publicada pouco depois, em 1586) (Rodrigues 1986:99, n. 1); ou "esta lingôa he a jeral comensando arriba do Rio Maranhão... atee o Paraguay..." (Pero Rodrigues [1605], citado por Edelweiss 1947:29).

2. A língua geral paulista.

A colonização portuguesa do Brasil começou formalmente em 1532, com a fundação de São Vicente, em pleno domínio tupi, por Martim Afonso de Souza. Já antes desse acontecimento havia portugueses estabelecidos entre os tupis, como o famoso Bacharel de Cananéia e o influente João Ramalho. O grupo de colonos desembarcados por Martim Afonso de Souza em São Vicente era integrado exclusivamente por homens. Somente em 1537 chegou o primeiro casal português a São Vicente (Madre de Deus [1797] 1975:63-64). Mesmo com a chegada subsequente de outros casais, ou com a chamada das esposas portuguesas por alguns colonos, o fluxo maior continuou sendo de homens só; que passavam a viver com mulheres indígenas⁷. Dessa situação resultou uma população mestiça cuja língua materna era o tupi, das mães e também de toda a parentela, já que, do lado dos pais em geral não havia parentes consanguíneos. Por muito mais de cem anos continuou o idioma das primeiras mães a ser a língua dos paulistas, de modo que em 1694 Antônio Vieira podia fazer a sua tão citada observação de que, ainda nesse fim do século XVII, "é certo que as famílias dos Portugueses e Índios de S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos Índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola" (Vieira 1951:355)⁸. Na verdade, os índios tupis de São Paulo foram-se extinguindo como povo independente e culturalmente diverso, sobretudo por efeito da escravização intensiva, e sua língua passou a reproduzir-se essencialmente como idioma dos mestiços, isto é, dos mamelucos, ainda quando já não mais havia a interferência direta de indígenas nas famílias: a situação linguística das famílias de portugueses casados com mamelucas devia então ser basicamente a mesma das famílias constituídas por mamelucos e mamelucas: falava-se correntemente a língua originalmente indígena e apenas o marido e, a partir de certa idade, os filhos homens eram bilingües em português, (com domínio pleno desta língua se eram portugueses, com domínio provavelmente restrito em diferentes graus quando eram mamelucos). Nessa situação, a língua que falavam os paulistas já não mais servia a uma sociedade e a uma cultura indígenas, mas à sociedade e à cultura dos mamelucos, cada vez mais distanciadas daquelas e mais chegadas à cultura portuguesa. Essa progressiva mudança nas condições da língua, somada ao bilingüismo (de parte) dos homens, deve ter acarretado modificações em vários aspectos desta. Tal língua, generalizada na população paulista de meados do século XVII a meados do século XVIII, é que se chamou, em São Paulo, de *língua geral*. O espaço geográfico dessa *língua geral paulista* (LGP) se estendeu consideravelmente no século XVII com a expansão paulista decorrente da ação das bandeiras de mineração e de preação de índios. Os bandeirantes, que eram em sua maioria, senão em sua totalidade, falantes da LGP, levaram-na consigo de São Paulo a Minas Gerais, ao sul de Goiás, a Mato Grosso e ao norte do Paraná. Infelizmente a documentação de que dispomos da LGP é muito escassa. Seus últimos falantes devem ter morrido no início do século XX. O documento principal até agora conhecido é um dicionário de verbos, não datado e de autor desconhecido, mas possivelmente de meados do século XVIII, cujo manuscrito foi publicado por von Martius em seus *Glossaria linguarum brasiliensium*, sob o nome de "Tupi austral" (Martius 1867:99-122). Além desse dicionário, há uma pequena lista de palavras colhidas no início do século XIX em comunidades de mestiços de índios bororos (para lá levados de Mato Grosso por Antônio Pires de Campos) e negros na província de Minas Gerais, nas proximidades da atual cidade de Araguari, no Triângulo Mineiro (Saint Hilaire

[1847]1944:254-255). Testemunho da *língua geral paulista* é também a toponímia do interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais, do sul de Goiás e do norte ("velho") do Paraná, a qual em grande parte terá passado da LGP (ou através dela) para o português.

2. O guarani crioulo.

A colonização do Paraguai pelos espanhóis começou na segunda metade do século XVI, na região que se estende entre os rios Paraguai e Paraná. Esta região era então povoada majoritariamente por grupos indígenas que falavam uma língua da família Tupi-Guarani, o *guarani*, e contrastava sobretudo com a região a oeste do rio Paraguai, o Chaco, habitada por povos pertencentes a outras famílias linguísticas. O domínio da língua *guarani* se estendia, porém, também a leste do rio Paraná, na antiga província de Guairá, correspondente ao oeste do atual estado brasileiro do Paraná. Esta última região foi, nas primeiras décadas do século XVII, o palco principal de um tipo *sui generis* de interação entre índios sul-americanos e espanhóis, as famosas reduções jesuíticas. Esse tipo de interação se produziu também no interior do Paraguai e, mais ao sul, no vale do rio Uruguai, tanto no nordeste da Argentina como no oeste do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, aqui especialmente na segunda metade do século XVII e na primeira do século XVIII.⁹ Em Guairá, entretanto, o processo foi violentamente interrompido e aniquilado pela ação dos bandeirantes paulistas, que, na segunda e terceira décadas do século XVII, caíram sobre as reduções para prear os índios e em poucos anos destruíram-nas uma após a outra, tendo destruído os guaranis, que foram em parte mortos na defesa das missões e de suas famílias, em parte apresados e levados para ser escravos e em parte afugentados, sobretudo para além do rio Paraná e para o rio Uruguai.⁹ Com isso, criou-se na região um vazio demográfico, que só aos poucos voltou a ser ocupado, mas então já por outros indígenas, os *kaingang* (da família linguística Jê), que puderam expandir-se onde antes predominavam os guaranis. A região só voltou a ser alvo da colonização européia, desta vez portuguesa, no início do século XIX.

Entre os rios Paraná e Paraguai, porém, fora das reduções jesuíticas e já antes delas, desenvolveu-se uma situação de contacto entre colonos espanhóis, predominantemente homens, e índios guaranis, bastante semelhante à que se produzia em São Paulo, com o surgimento de uma crescente população mestiça cuja língua materna era o *guarani* e não o espanhol¹⁰. Nessa situação o *guarani* indígena se transformou pouco a pouco na língua comum (geral) aos mestiços (*mancebos de la tierra*), aos espanhóis aí estabelecidos e aos índios, guaranis ou não, incorporados às atividades coloniais. Esta língua geral¹¹ é hoje o *guarani crioulo* (GNC), chamado na própria língua *avañe'ẽ* ('língua de gente, língua de índio') e, com referência às variedades mais marcadas por empréstimos e decalques do espanhol, *jopará* ('mistura, mescla'); mais geralmente, porém, *guarani paraguay* e, na Argentina, com apenas pequenas divergências dialetais, *guarani correntino* (do topônimo *Corrientes*) e *guarani goyano* (do topônimo *Goya*).

3. A língua geral amazônica.

A colonização portuguesa no Maranhão, no Pará e na Amazônia em geral só teve início na primeira metade do século XVII, após a expulsão dos franceses da Ilha de São Luís e das terras vizinhas. Essa região era então domínio dos índios tupinambás, que já no tempo dos franceses (1611-1614) se estendiam até a boca do rio Tocantins. Na ocupação

dessa região pelos portugueses reproduziu-se em linhas gerais a situação que caracterizou a relação entre portugueses e tupis em São Paulo. A forte interação dos colonos e soldados portugueses com os tupinambás levou ao surgimento de uma população mestiça, inicialmente de pais europeus e mães indígenas, cuja língua ficou sendo a das mães, o *tupinambá*. Na sociedade mestiça ou cabocla resultante a língua foi progressivamente reajustando-se e diferenciando-se do *tupinambá* falado pelos índios que sobreviveram até meados do século XVIII. Também essa língua foi chamada *língua geral* já nos tempos coloniais¹² (foi chamada também *brasílico*, nome que Edelweiss [1969:109-111] propôs recentemente se fixasse para a sua fase setecentista). Para distingui-la da *língua geral paulista* chamamos-lhe *língua geral amazônica* (LGA) (Rodrigues 1986:102). Desde o século XVII a LGA acompanhou a expansão portuguesa na Amazônia, tendo-se estendido seu uso ao longo de todo o vale do rio Amazonas e penetrado pelos afluentes deste rio; subindo pelo Rio Negro, alcançou tanto a Amazônia venezuelana como a colombiana. Diferentemente da LGP, da qual só existem muito poucos documentos e que já não se fala mais, a LGA foi registrada em documentos, alguns bastante substanciais, nos séculos XVIII, XIX e XX, e continua a ser falada ainda hoje. A partir da segunda metade do século XIX passou a ser chamada também de *nheengatá*, nome introduzido na literatura por Couto de Magalhães (1876), que também a rotulou de "língua tupi viva"; Tastevin (1910) chamou-a também de "língua *tapihiya*" (*tapy'ýja* 'índio, tapuí'). Pelos missionários franciscanos do século XVIII foi chamada não só *língua geral*, mas também *brasílico* (cf. Edelweiss 1969:109ss.). Na Colômbia e na Venezuela é chamada "lengua *yerá'*", nome em que se baseou a sigla YRL para a LGA no catálogo de línguas do mundo organizado por B. Grimes (1992).

4. As LGs como uma classe especial de produto do contacto linguístico.

As três línguas gerais, LGP, LGA e GNC, se constituíram em condições de contacto linguístico comuns a elas, como já assinalamos, e que se distinguem nitidamente daquelas em que se formaram os pidgins e as línguas crioulas. Algumas características sociolinguísticas das línguas gerais são as seguintes:

- na sua origem intervieram homens europeus e mulheres indígenas — estas, nos três casos, pertencentes a povos de cultura e língua tupi-guarani;
- em uma primeira fase, que pode ter-se estendido por duas gerações (30 a 60 anos) ou mais, manteve-se o convívio dos casais mistos com a correspondente comunidade indígena, mas esse convívio foi aos poucos tornando-se menos intenso e menos freqüente, até deixar de existir completamente (em parte devido à extinção das comunidades indígenas puras, em parte devido à constituição de povoados só de mestiços e europeus);
- desde o início as comunidades de língua geral apresentaram uma situação de bilingüismo parcial com a respectiva língua européia (português nos casos da LGP e da LGA, espanhol no caso do GNC), com uma maioria de monolíngües na língua geral e uma minoria de bilíngües;
- não houve, em nenhum momento, interrupção na transmissão dessas línguas, isto é, não ocorreu mudança de língua (*language shift*) nos descendentes mestiços dos europeus e das índias tupi-guaranis: os primeiros pais europeus aprenderam a língua indígena como segunda língua, tendo-se tornado bilíngües; parte das mães indígenas pode ter aprendido a língua européia como segunda língua, mas seus filhos ou ficaram mo-

no língües na língua indígena (que pouco a pouco foi-se transformando na língua geral), ou aprenderam a língua européia como segunda língua;

- em grande parte dos territórios onde prevaleceram, as línguas gerais se tornaram durante longo tempo o veículo de contacto dos europeus e seus descendentes mestiços com outros povos indígenas alcançados pelas frentes de expansão da sociedade colonial, de modo que estes engrossaram, como bilíngües, o número de seus falantes, sobretudo os que, passando por um processo de mudança de língua, se tornaram falantes nativos de língua geral; estes provavelmente contribuíram para a diferenciação dialetal das respectivas línguas gerais;
- durante a maior parte de sua existência as línguas gerais foram essencialmente línguas ágrafas, ainda que alguns documentos escritos hajam sido produzidos por missionários (como foi o caso da LGA no séc. XVIII) ou por leigos (como foi o caso do GNC no séc. XIX e da LGA nos sécs. XIX e XX); desde o século XIX o GNC vem-se firmando como língua escrita por uma porção crescente de seus falantes, apesar da forte concorrência e pressão do espanhol escrito¹³.

5. Por que não se constituíram línguas gerais do Rio de Janeiro ao Piauí?

A costa de São Paulo e a costa do Maranhão e Pará foram, no século XVI, os extremos meridional e setentrional do domínio português no Brasil e ficaram mais distantes da sede da administração colonial, situada centralmente em Salvador, na costa da Bahia. Em consequência, aquelas áreas receberam inicialmente menos imigrantes europeus que a área central, especialmente Bahia e Pernambuco, onde a imigração portuguesa foi mais continuada, inclusive com o estabelecimento de famílias já formadas. Com isso, nas áreas centrais da costa não se produziram as situações de intensa mestiçagem com os povos tupi-guaranis ali estabelecidos que permitiram, em São Paulo e no Maranhão e Pará o predomínio da língua indígena sobre a portuguesa. Em São Vicente e São Paulo, como registrou Anchieta em 1584, não houve guerras contra os índios tupis e na Amazônia, mesmo com a criação, no século XVII, do Estado do Maranhão e Grão Pará, administrativamente independente do Estado do Brasil e com capital em São Luís, a situação demográfica não mudou substancialmente em favor dos portugueses¹⁴. Na costa central, porém, não só não se estabeleceram naquelas áreas alianças matrimoniais em grande escala com os respectivos povos tupi-guaranis, mas ainda foram estes alvo de ações de extermínio por parte dos portugueses já no século XVI. Só o Governador Mem de Sá exterminou os tamoios ou tupinambás do Rio de Janeiro, que foram aliados dos franceses de Villegagnon, promoveu a guerra contra os kaetés da Bahia e de Pernambuco em vingança por terem alguns deles matado o bispo Fernandes Sardinha, e fez guerra também contra grande parte dos tupinambás da Bahia¹⁵. Em Pernambuco, os dois primeiros donatários, Duarte Coelho e seu filho do mesmo nome, despojavam inteiramente a costa¹⁶. Os temiminós das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro foram igualmente eliminados¹⁷. Além disso, as terríveis epidemias de varíola (bexigas) que reiteradamente grassaram na Bahia e regiões vizinhas no século XVI dizimaram os índios que estavam em contacto pacífico com os portugueses, seja como catecúmenos, seja como escravos¹⁸. O resultado desses e outros acontecimentos foi a rapidíssima redução da população indígena, à qual se contrapôs uma maciça importação de escravos africanos e a continuada imigração de portugueses. Ainda que possa ter-se iniciado em algum ponto um processo de miscigenação semelhante ao de São Paulo, este terá sido em pouco tempo superado pela

rápida mudança nas proporções demográficas entre índios e não-índios¹⁹. Daí o predomínio da língua portuguesa por toda a extensa área costeira central, sem que aí tenha havido as condições sociolinguísticas para o desenvolvimento de uma língua geral.

6. Mudanças estruturais comuns às línguas gerais.

A par das características sociolinguísticas apontadas acima (4.), alguns fenômenos de mudança estrutural são comuns às três línguas gerais.²⁰ A seguir apresento uns poucos, de forma sumária, mais a título de exemplificação, utilizando só o tupinambá como uma das línguas-fonte e só duas das línguas gerais, a LGA (uma das variedades faladas hoje no alto Rio Negro) e o GNC (uma das variedades do Paraguai):

- mudança da ordem básica dos constituintes nucleares da oração, de SOV para SVO;
- transformação do sufixo nominalizador de predicados em partícula marcadora de orações relativas: (SUJ±OBJ+V+NZR) > (SUJ+V) (REL);
- substituição das diversas nominalizações por orações relativas: ((V+NZR)+CASO)/((NZR+V)+CASO) > (SUJ+V) (REL);
- substituição da adjetivação por composição por uma adjetivação por justaposição: ((NOM+DESCR)+CASO) > (NOM) (ADJ);
- substituição da forma verbal circunstancial, própria das orações com expressão adverbial topicalizada, pela forma verbal indicativa: T(upinambá) *kujã o-sém*, LGA *kujã u-sému*, GNC *kujã o-se* 'a mulher safu', T *kwesé kujã o-sém-i*, LGA *kwesé kujã u-sému*, GNC *kwehé kujã o-se* 'ontem a mulher safu';
- substituição dos predicados possessivos por predicados verbais transitivos com um verbo 'ter' derivado da forma causativo-comitativa do verbo 'estar (em movimento)', cujo sentido 'fazer estar consigo' fixou-se em 'ter (consigo)': T *sjé r-u-úB mokōj* 'tenho duas flechas', LGA *a-rikú mukūj ulwa*, GNC *a-rekó mokōj hu-ú* (cp. T *a-r-ekó* 'eu faço algo/alguém estar comigo');
- substituição dos prefixos pessoais reflexivos próprios do gerúndio dos verbos intransitivos pelos prefixos do indicativo: T *a-je-úN wí-i-én-a* 'estou (sentado) falando', *ere-je-úN e-tn-a* 'você está (sentado) falando'; LGA *a-je-ú a-ikú* 'estou dizendo', *re-je-ú re-tna* 'você está falando'; (o tupinambá [também o guarani antigo] tinha quatro verbos existenciais: *-ekó/-ikó* 'estar em movimento', *-ám* 'estar em pé', *-én/-ín* 'estar sentado' e *-úB/-júB* 'estar deitado'; na LGA neutralizou-se a distinção entre os quatro verbos existenciais do tupinambá, tendo-se mantido só o primeiro deles com o sentido generalizado de 'estar', mas assumindo também a função de verbo auxiliar para o aspecto continuativo; o GNC não neutralizou completamente aquelas distinções, mas foi o antigo gerúndio de seu verbo 'estar sentado', com os prefixos pessoais substituídos, que se especializou como verbo auxiliar para o aspecto continuativo);
- redução do sistema de casos morfológicos, com o desaparecimento dos casos argumentativo, predicativo, locativo difuso, locativo situacional e vocativo, e persistência só do locativo puntual, com seu valor locativo ampliado para um locativo genérico, em contraste com uma forma não marcada para caso: (1) T *i-po-úy* 'ele tem contas (de colar)', *i-po-úy-a opáB* 'as contas dele se acabaram' (contraste entre *po-úy*, nome em função de predicado, sem sufixo casual, e *po-úy-a*, nome em função de argumento, com o su-

fixo *-a* do caso argumentativo); LGA *ae urikú puíra* 'ele tem-contas', *i-puíra upáwa* 'as contas dele se acabaram'; GNC *ha-ú owerekó i-po-úy* (ou *há-ú ku i-po-úy*) 'ele tem contas', *i-po-úy opá* 'as contas dele se acabaram'; (2) T *t-úbisáB-á o-sém* 'o chefe safu', *sjé r-úB-a ojkó tuBisáb-amo* 'meu pai é um chefe', lit. 'meu pai vive (está em movimento) na qualidade de chefe' (contraste entre nome em função argumentativa e nome em função predicativa, este com o sufixo *-amo* do caso predicativo), LGA *tuSáwa u-sému* 'o chefe safu', *se pája (u-ikú) tuSáwa* 'meu pai é chefe'; GNC *tiviSá o-se* 'o chefe safu', *Se r-ú ha-ú tuviSá* 'meu pai é chefe'; (3) T *ka-ú-pe* '(situado em um lugar) no mato', *ka-ú-Bo* '(espalhado ou em movimento) no mato' (contraste entre caso locativo puntual, com o sufixo *-pe*, e caso locativo difuso, com o sufixo *-Bó*, LGA *ka-ú upé* 'no mato', GNC *ka-úwá-pe* 'no mato'; T *oré rúB-a* 'nosso (excl.) pai', *oré rúB* 'ó nosso (excl.) pai!' (contraste entre caso argumentativo, com o sufixo *-a*, e caso vocativo, com sufixo zero); LGA *jané pája* 'nosso pai', *jané pája* 'ó nosso pai!'; GNC *oré r-ú* 'nosso (excl.) pai', *oré r-ú* 'ó nosso (excl.) pai!'

- redução das distinções feitas pelo sistema de referência dêitica;
- apagamento da distinção entre posse reflexiva e não-reflexiva de 3a. pessoa;
- desenvolvimento de um marcador de orações finais a partir da forma "futura" de um nominalizador, em substituição à construção final com gerúndio: T *a-só sjé r-úB-a r-epjá-k-a*, LGA *a-sú a-ma-ú rã se pája*, GNC *a-há a-heSá haNwã Se r-ú*;
- redução do uso das partículas evidenciais;
- desenvolvimento de partículas pluralizadoras dos nomes: LGA *itá* (< T *-etá* 'ser muitos'), GNC *kwéra* (< guarani antigo *-kwér-a* 'coletivo');
- adoção de diversas conjunções do português e do espanhol;
- adoção de nomes de números do português e do espanhol a partir de 4 ou 5;
- adoção de empréstimos lexicais e decalques fraseológicos do português (LGP e LGA) e do espanhol (GNC), não só para conceitos da cultura de tipo ocidental, mas também para alguns conceitos não culturais ou universais.

NOTAS

- Referência a alguns desses usos fez recentemente Rosa (1992), num artigo em que ela mesma pretende que a expressão *língua geral* tenha sido aplicada no século XVI à língua nativa dos índios tupi-guaranis que habitavam a costa, portanto a que aqui chamamos de língua *tupinambá* (Rosa 1992:85). Não se devem confundir declarações dos cronistas de que tal língua era geral, ou a mais geral, ou ainda a mais usada em certa região, com a expressão lexicalizada *língua geral*. Sobre as duas línguas gerais do Brasil, veja-se Rodrigues 1986:99-109; sobre a do Paraguai, veja-se Melià 1992:51-67.
- Para as principais publicações descritivas, veja-se Magalhães 1876, Symphon 1877, Tastevin 1910, Stradelli 1929, Borges 1981, Moore et al. 1993; para os principais vocabulários ou dicionários publicados, *Vocabulário Português-Brasílico, Dictionnaire Portuguez e Brasiliano, Caderho da Língua*, Tastevin 1810, Stradelli 1929, Grenand e Ferreira 1989; para as principais coletâneas de textos, Magalhães 1876, Rodrigues 1890, Amorim 1928 e Hart 1938.
- A contribuição mais significativa sobre a história externa da *língua geral amazônica* é a de Freire (1983); especificamente sobre essa língua no século XVIII, há informações e observações relevantes em Edelweiss (1969); sobre o *guarani criollo* veja-se Melià (1992) e os estudos anteriores aí citados.
- Na verdade pesaram no surgimento rápido de substanciais populações mestiças não só as alianças matrimoniais, mas também a escravidão de mulheres e crianças indígenas e o amplo concubinato cultivado pelos portugueses, sobretudo em São Paulo, e pelos espanhóis no Paraguai.

5. É trabalho com a hipótese de que tanto os tupinambás como os tupis chegaram ao litoral atlântico, provindo uns e outros da bacia do rio Paraná, mas tendo tomado os primeiros provavelmente o curso do rio Grande e os segundos o do Tietê.
6. É conveniente deixar claro o uso que aqui estou fazendo dos termos *tupinambá* e *tupi*. Uso o primeiro para a língua falada pelos índios abrangidos pela expressão de Anchieta "desde os Tamoyos do Rio de Janeiro até os Pitiguars da Parahyba" (Anchieta 1595:1-2), com ampliação para os índios da mesma cultura e língua que se encontravam ou vieram a encontrar-se na costa brasileira, do Rio Grande do Norte até o Pará, e emprego *tupi* para a língua dos "tupis de São Vicente" do mesmo Anchieta. Este uso difere ligeiramente do que vinha fazendo anteriormente (a partir de Rodrigues 1959), em que *tupinambá* incluía também os tupis de São Vicente e que acompanhava a extensão desse termo proposta por Métraux em sua contribuição ao *Handbook of South American Indians* (Métraux 1950:95), para os povos tupi-guaranis que nos séculos XVI e XVII se estendiam desde Cananóia, ao sul, até a costa do Maranhão e Pará, ao norte. O uso que aqui faço do termo *tupi* difere substancialmente do uso que fez Edelweiss (1969), no aplicá-lo especialmente à língua documentada (segundo ele, uniformizada) nas obras dos missionários jesuítas dos séculos XVI e XVII, a qual é a mesma que denominamos *tupinambá* (com a ressalva, de que o texto recentemente publicado do *Diálogo da Fé de Anchieta* [1988] revela que este, como seria de esperar, escreveu primeiramente em tupi e só mais tarde, inclusive na versão final, publicada, de sua gramática, em tupinambá), e que não distinguimos da língua documentada pelos franceses no Rio de Janeiro e no Maranhão, à qual exclusivamente ele reserva este último nome (na verdade, Edelweiss usa este nome só e especificamente para a língua dos índios chamados *tupinambá* (ou *tupinambó*) nas fontes dos séculos XVI e XVII, portanto também para os *tupinambás* da Bahia, para os quais não há documentos franceses). As diferenças que Edelweiss assinalou entre a língua documentada pelos franceses no Rio de Janeiro e no Maranhão e a língua das obras dos jesuítas portugueses se devem, a meu ver, essencialmente a uma interpretação equivocada das fontes francesas.
7. "Outra [povoação na Capitania de São Vicente] está doze legoas pella terra dentro chamada Sam Paulo, que edificaram os Padres da Companhia, onde ha muitos vizinhos, e a maior parte delles são nascidos das Indias naturess da terra, e filhos de Portuguezes." (Gândavo [1576]1964:33).
8. A informação de Vieira é obviamente de segunda mão, visto que ele não esteve em São Paulo. A essa informação, entretanto, acrescenta Sérgio Buarque de Holanda vários testemunhos diretos da mesma época, os quais mostram que não houve nenhum exagero na formulação daquele jesuíta, nem quanto à natureza da situação, nem quanto à época em que ela ainda perdurava. Dentre esses testemunhos, destaca Holanda o do governador Artur de Sá e Meneses, de 1698, portanto mais de 150 anos após iniciada a formação da população mameluca: "... a mayor parte daquella Gente se não explica em outro ydioma, e principalmente o sexo feminino e todos os servos, e desta forma se experimenta irreparavel perda, como hoje se ve em São Paulo com o novo Vigario que veio provido naquella Igreja, o qual ha mister quem o interprete..." (apud Holanda [1948]1973:89). Sobre a situação lingüística de São Paulo é muito informativo o estudo de Sérgio Buarque de Holanda "A língua-geral em S. Paulo", originalmente publicado em 1945 e reproduzido a partir da segunda edição (1948) de *Razes do Brasil* (Holanda [1948]1973:88-96).
9. O relato clássico da história das missões jesuítas no Guairá é a *Conquista Espiritual* de Antonio Ruiz de Montoya (Ruiz de Montoya [1639]1892), de que há tradução abreviada (e algo modificada) para o guarani e versão desta para o português (Nogueira 1879). Para ampla documentação e a interpretação desta, veja-se a obra *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá* (Cortesão 1951).
10. "Como los conquistadores no habian llevado mujeres de Europa y tenían necesidad de ellas, tomaron indias, ya como esposas, ya como concubinas. Algunos no se contentaron con una sola y tomaron muchas a la vez. Tal sabemos, entre otros, del mismo jefe principal Irala, que habia tenido hijos de siete indias, que eran hermanas, según declara él mismo en su testamento, que he leído." (Azara [1809]1923:252-253). "...los españoles del Paraguay y sus vecinos los habitantes del distrito de la ciudad de Corrientes proceden principalmente de la mezcla de sus antepasados con las indias, como hemos dicho. Por esto hablan guarani, y sólo las personas instruidas y los hombres de la villa de Curuguaty entienden el español!" (Azara [1809]1923:280). "En la colonia propiamente dicha, la ausencia, que puede calificarse de total, de la mujer blanca, en los primeros tiempos, fué importante factor determinante del mencionado mestizaje en masa. (...) Esto dió como resultado que no sólo en el período más acusado de ausencia de mujer blanca (1537-1555) sino también después, durante mucho tiempo, imperase como institución generalizada una poligamia sui generis... (...) Cada alianza con el aborigen se traducía en el ingreso de nuevas mujeres en la casa del colono." (Pla 1970:8).
11. Melià cita uma passagem do Pe. Dobrizhoffer, do século XVIII, muito expressiva sobre o surgimento dessa terceira língua no Paraguai colonial: "Todo el vulgo, aun las mujeres de rango, niños y niñas, hablan guarani como su lengua natal, aunque los más hablen bastante bien el español. A decir verdad, mezclan ambas lenguas y no entienden bien ninguna. Pues después que los primeros españoles se apoderaron de esta provincia, que antes estaba habitada por los carios o guaranios, tomaron en matrimonio las hijas de los habitantes por falta de niñas españolas, y por el trato diario los maridos aprendieron el idioma de las esposas y viceversa, las esposas la [sic] de los maridos, pero, como suele ocurrir generalmente cuando aun en la vejez se aprende idiomas, los españoles corrompan miserablemente la lengua india y las indias la española. Y así nació una tercera o sea la que usan hoy en día." (apud Melià, 1992:60).
12. Vejam-se os seguintes títulos de manuscritos do século XVIII conservados na biblioteca da Universidade de Coimbra e ainda inéditos: "Grammatica da lingua geral do Brasil com hum dictionario dos vocabulos mais usuaves para a intelligencia da dita lingua" (ms. 69); "Diccionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado. Escrito na cidade do Pará, anno 1771" (ms. 81); "Doutrina christã em lingua geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff, traduzida em lingua irregular, e vulgar uzada nestes tempos" (ms. 1089).
13. Sobre o desenvolvimento desde o século XIX da literatura em GNC, veja-se a seção "La literatura paraguaya en guarani" da excelente obra *La lengua guarani del Paraguay* (Melià 1992:194-240).
14. "A emigração portuguesa para a Amazônia, no decorrer de dois séculos, não foi intensa" (Reis 1960:269). "A mão-de-obra com que se contava era, quase unicamente, a do indígena. Sob a forma de escravo ou não, era ele o caçador, o remador, o servidor da casa, o coletor de "drogas", o identificador de variedades da flora e da fauna, o operário dos estaleiros, o lavrador, o soldado das unidades militares. Não se dava um passo sem ele, que era a força material e a inteligência pragmática para a vida local. Mestiçando à larga com o reinol, permitiu a formação de uma sociedade que pôde amoldar-se, intensamente, às exigências do meio tropical. Não houve necessidade, na Amazônia, de apelar para o" contingente africano..." (Reis 1960:269).
15. Como exemplos das ações belicosas de Mem de Sá vejam-se as seguintes passagens de um seu relatório de 1570: (a) "... e logo comecei a fazer guerra em Jaguaripe, que é da outra banda da Bahia, onde se destruíram muitas aldeias, cativaram e mataram muitos indios." (b) "... e ante manhã, duas horas, dei na aldeia e a destruí e matei todos os que quiseram resistir, e à vinda vim queimando e destruindo todas as aldeias que ficaram atrás..."; (c) "... e ante manhã dei na fortaleza e a entramos, matando todos os que quiseram defender, e nos deixaram as casas com todos seus mantimentos e mais fato, que nela tinham, e daí entrei e rodeei todo o Peroaçu [= Paraguaçu], tendo muitas pelejas e lhes destruí cento e trinta e tantas aldeias, e me retornei a embarcar..." (Sá [1570]1906).
16. "... Duarte Coelho, o qual deu tanta guerra aos Indios com favor de um clérigo que se tinha por nigromântico, que destruiu toda a sua capitania e assim desde o rio de S. Francisco até lá, que são 50 leguas, não ha povoação de Indios..." (Anchieta [1584]1988:314).
17. "A capitania de Porto Seguro é do Conde de Aveiro. A dos Ilhéus é de Francisco Giraldes. Houve guerra com os Indios naturais em ambas; mas com as ajudas que tiveram dos Governadores da Baía se defenderam e estão agora em paz. Verdade é que se foi consumindo o gentio daquelas terras, chamado Tupinakis, que era muito e mui guerreiro, parte com doenças, parte com o maltratamento dos Portugueses, como em todas as partes, menos São Vicente, de maneira que ficaram sem gentio." (Anchieta [1584]1988:316).
18. Sobre a destruição maciça da população indígena em decorrência de epidemias e outros agravos, veja-se a seguinte passagem de um informe do Pe. Anchieta: "A gente que de 20 anos a esta parte é gastada nesta Bahia, parece cousa, que se não pode crêr, porque nunca ninguém cuidou, que tanta gente se gastasse nunca, quanto mais em tão pouco tempo, porque nas 14 igrejas, que os Padres tiveram, se juntaram 40.000 almas, estas por conta, e ainda passaram delas com a gente, com que depois se forneceram, das quais se agora as três igrejas que há tiveram 3.500 almas será muita." (...) "No mesmo ano de 1562, por justos juízos de Deus, sobreveio uma grande doença aos indios e escravos dos Portugueses, e com isto grande fome, em que morreu muita gente, e dos que ficaram vivos muitos se vendiam e iam se meter por casa dos Portugueses e se fazer escravos, vendendo-se por um prto de farinha, e outros diziam, que lhes pusessem ferretes, que queriam ser escravos: e foi tão grande a morte que deu neste gentio, que se dizia que entre escravos e indios forros morreriam 30.000 almas no espaço de 1 ou 3 meses." (Anchieta 1986).
19. "Em resumo, ... nos fins do século XVI e começo do século XVII, apesar da pobreza das informações explícitas, pode-se presumir ser muito pequeno o contingente dos Tupinambá na população aborígine que vivia, na Bahia, junto com os brancos." (Fernandes s.d.[1949]:38).

20 Nas fórmulas que se seguem, os parênteses indicam os limites de uma palavra ou unidade morfossintática; dentro deles, o sinal + indica as fronteiras de morfemas no interior das palavras. As abreviaturas usadas são: ADJ = adjetivo, DESCR = raiz descritiva, NOM = raiz nominal, NZR = afixo nominalizador, OBJ = afixo marcador de referência ao objeto direto, REL = partícula marcadora de oração relativa, S — afixo marcador de sujeito. Nas transcrições, y é a vogal alta anterior não arredondada e os demais símbolos são os do Alfabeto Fonético Internacional (IPA).

BIBLIOGRAFIA

- Anchieta, Joseph de. 1595. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra.
- Anchieta, Joseph de. 1986. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. (Coleção Reconquista do Brasil). Belo Horizonte: Livraria Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo.
- Anchieta, Joseph de. 1988. *Diálogo da Fé: texto tupi e português*. (Obras completas, vol. 8). São Paulo: Edições Loyola.
- Anônimo. (1621)1952-1953. *Vocabulário na língua brasílica*. 2a. ed., por Carlos Drummond. 2 volumes. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Azara, Félix de. (1809)1923. *Viajes por la América Meridional*. Trad. de F. B. de Aragón. Madri: Espasa-Calpe.
- Borges, Luís Carlos. 1991. *A Língua Geral Amazônica: aspectos de sua fonêmica*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- Chmyz, Igor; Cécilia Westphalen e Aryon D. Rodrigues. 1995. *Curitiba: origens, fundação, nome*. (Boletim Informativo da Casa Romário Martins, vol. 21, n. 105). Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba.
- Cortesão, Jaime. 1951. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações.
- Edelweiss, Frederico G. 1947. *Tupis e Guaranis: estudos de etnologia e lingüística*. (Publicações do Museu da Bahia, n. 7). Bahia: Secretaria de Educação e Saúde.
- Edelweiss, Frederico G. 1969. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora.
- Fernandes, Florestan. s.d.(1949). *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Ipê.
- Figueira, Luís. (1687)1878. *Arte de grammatica da língua brasílica*. Reprodução facsimilar por J. Platzmann sob o título *Grammatica da língua do Brasil*. Leipzig: B. G. Teubner.
- Freire, José Bessa. 1983. "Da 'fala boa' ao português na Amazônia brasileira". *Ameríndia* 8.
- Gandavo, Pero de Magalhães. (1576)1964. *História da Província de Santa Cruz, 2º Tratado da Terra do Brasil*. (Cadernos de História, 2). São Paulo: Editora Obelisco.
- Grenand, Françoise, e Epaminondas H. Ferreira. 1989. *Pequeno dicionário da língua geral*. (Série Amazonas, Cultura Regional, 6). Manaus: SEDUC.
- Grimes, Barbara (org.). 199x. *Ethnologue: Languages of the World*. 12a. ed. Dallas: Summer Institute of Linguistics.
- Hart, Charles Frederik. 1938. "Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 54. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- Holanda, Sérgio Buarque de. (1948)1973. *Raízes do Brasil*. 7a. ed. (Coleção Documentos Brasileiros, vol. 1). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- Holanda, Sérgio Buarque de (org.). 1960. *História geral da civilização brasileira, A época colonial, I: Do descobrimento à expansão territorial*. (História geral da civilização brasileira I). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Madre de Deus, Gaspar da. (1797)1975. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 20). Belo Horizonte: Livraria Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo.
- Magalhães, J. V. Couto de. 1876. *O selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma.
- Martius, Carl F. P. v. 1867. *Wörterammlung brasilianischer Sprachen/Glossaria linguarum Brasiliensium/Glossarios de diversas linguas e dialectos, que fallão os Índios no imperio do Brazil (Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's, zumal Brasiliens, vol. II)*. Leipzig: Friedrich Fleischer.
- Meliã, Bartomeu. 1992. *La lengua guaraní del Paraguay: historia, sociedad y literatura*. Madri: Editorial Mapfre.
- Métraux, A. 1928. *La civilisation matérielle des tribus tupi-guarani*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner.
- Métraux, Alfred. 1948. "The Tupinambá", in: J. H. Steward, ed., *Handbook of South American Indians* (Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143), vol. 3, p. 95-139. Washington, DC: Government Printing Office.
- Moore, Denny, Sidney Facunes e Nádia Pires. 1993. "Nheengatu (Língua Geral Amazônica), its history, and the effects of language contact." In: M. Langdon (ed.), *Proceedings of the Meeting of the Society for the Study of the Indigenous Languages of the Americas, July 2-4, 1993*. Berkeley. Pp. 93-118.
- Nogueira, B. Caetano de Almeida. 1879. "Primeira catechese dos índios selvagens, feita pelos padres da Companhia de Jesus, originariamente escripta em hispanhol (em lingua europea) pelo padre Antonio Ruiz, antigo instructor do gentio, e depois vertida em Abaeneenga (em lingua indigena) por outro padre. 1733, S. Nicolao, ad maiorem Dei gloriam." *Anaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 6. Rio de Janeiro.
- Pla, Josefina. 1970. "Español y guarani en la intimidad de la cultura paraguaya". *Caravelle* 14:7-21. Paris.
- Reis, Arthur C. F. 1960. "A ocupação portuguesa do vale amazônico". In: Holanda 1960:257-272.
- Rodrigues, Aryon D. 1959. *Phonologie der Tupinambá-Sprache*. Tese de doutorado, Universidade de Hamburgo. Hamburgo.
- Rodrigues, Aryon D. 1984/1985. "Relações internas na família lingüística Tupi-Guarani", *Revista de Antropologia* 27/28:33-53. São Paulo.
- Rodrigues, Aryon D. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- Rodrigues, Aryon D. 1995. "O nome Curitiba", in: Chmyz, Westphalen e Rodrigues, *Curitiba: origens, fundação, nome*. (Boletim Informativo da Casa Romário Martins, vol. 21, n. 105). Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba.
- Rodrigues, João Barbosa. 1890. "Poranduba amazonense (kochiyima-uára porandúb)". *Anaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 14, fasc. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

- Rosa, Maria Carlota. 1992. "Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram?" *Papia* 2.1:85-98.
- Ruiz de Montoya, Antonio. (1639)1892. *Conquista Espiritual hecha por los Religiosos de la Compañía de Jesús en las Provincias de Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*. Bilbao: Imprenta del Corazón de Jesús.
- Saint Hilaire, Auguste de. (1847)1944. Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás, t. II. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5a., Brasileira, vol. 78). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Stradelli, Ermano. 1929. "Vocabulários da língua geral português-nheêngatú e nheêngatú-português, precedidos de um esboço de grammatica nheênga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em língua geral nheêngatú poranduuá", *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, t. 104, vol. 158:9-768. Rio de Janeiro.
- Sympson, Pedro Luiz. 1877. *Grammatica da lingua brazilica geral, fallada pelos-aborigenes das provincias do Pará e Amazonas*. Manaus.
- Tastevin, C. 1910. *La langue tapíhiya, dite tupi ou ñečngatu (belle langue): grammaire, dictionnaire et textes*. (Kaiserliche Akademie der Wissenschaften, Schriften der Sprachkommission, vol. II). Viena: Alfred Hölder.
- Vieira, Antônio. 1856. *Obras várias.*, vol. II. Lisboa.